

COMO O ATIVISMO DIGITAL PODE SER USADO PARA ENFRENTAR DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E DIVISÕES DIGITAIS?



Clovis Freire

A pandemia da COVID-19 nos mostrou o papel crítico das tecnologias digitais para mitigar o impacto da crise em tantas áreas, utilizando soluções digitais como *e-learning*, *e-health*, teletrabalho, *e-commerce* e *e-government*. Ao mesmo tempo, a pandemia também expôs vários *gaps* digitais. A falta de acesso à internet, a baixa velocidade da rede, as disparidades nas habilidades de uso das tecnologias e fatores sociais têm afetado o acesso e a participação das pessoas na economia e na sociedade por meios digitais. Muitas empresas não estavam prontas para usar tecnologias digitais para mitigar a crise porque não tinham implantado soluções digitais em suas funções principais.

Essas divisões digitais expuseram o fato de que as desigualdades digitais e socioeconômicas se tornaram interligadas. Com o mundo digital e o mundo físico se tornando mais integrados, para fechar a brecha digital temos que também enfrentar as desigualdades socioeconômicas. Não é possível enfrentar um sem atacar o outro.

Nesse sentido, qual é o papel do ativismo civil na redução das desigualdades socioeconômicas e digitais?

DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E DIGITAIS

Para responder a essa pergunta, temos primeiro que entender melhor o *status* e a relação entre as desigualdades socioeconômicas e a divisão digital.

Vivemos em um tempo de crescente prosperidade. As pessoas, em média, estão vivendo uma vida mais longa e saudável, obtendo mais anos de educação e tendo melhor acesso à água limpa, saneamento e eletricidade. Uma classe média global emergiu, alimentada pelo rápido crescimento das economias emergentes. Também tivemos grandes ganhos na implantação e acesso a tecnologias digitais. Os sinais de celular agora atingem mais de 95% da população global, e estima-se que mais de 50% usem a internet¹.

Ao mesmo tempo, há desigualdades crescentes. A pobreza extrema persiste, com mais da metade de todas as pessoas do mundo nessa condição vivendo na África subsaariana². A riqueza é muito concentrada, com o 1% dos mais ricos do mundo possuindo mais riqueza do que 90% da população global³. As disparidades de oportunidades em educação, saúde e renda ainda são diretamente afetadas pelas questões de gênero, localização urbana/rural e país de nascimento. Recentemente, o mundo também se concentrou no desafio urgente da justiça racial. Em muitas cidades, as pessoas têm participado de protestos generalizados contra o racismo sistêmico e as divisões que ele perpetua.

Em relação às tecnologias digitais, há grandes divisões digitais dentro e entre os países, particularmente no que diz respeito ao acesso à internet e aos equipamentos digitais. Por exemplo, a proporção de pessoas que usam a rede mundial de computadores em países desenvolvidos é mais de quatro vezes maior que nos países menos desenvolvidos. Em média, as mulheres têm 17% menos chances do que os homens de usar a internet – o *gap* varia de 3% nos países desenvolvidos a 43% nos países menos desenvolvidos⁴.

O que é fundamental notar é que os gaps digitais são resultado de desigualdades sociais e, por sua vez, reforçam as desigualdades existentes em um ciclo vicioso. Soluções técnicas que utilizam tecnologias digitais podem beneficiar grupos marginalizados e aqueles menos favorecidos. Ainda assim, eles também podem ajudar ainda mais aqueles que já têm uma vantagem em diversas dimensões sociais e econômicas (riqueza, educação, saúde). A desigualdade digital é uma consequência e um subconjunto de desigualdades econômicas e sociais mais amplas. Ao mesmo tempo, elas podem reforçar e perpetuar disparidades socioeconômicas.

ENFRENTANDO AS DIVISÕES

À medida que novas tecnologias digitais são desenvolvidas e os mundos digital e físico ficam mais conectados, as desigualdades digitais e sociais se tornarão cada vez mais conectadas. Por isso, precisamos enfrentar simultaneamente as desigualdades sociais e digitais.

As políticas para resolver a divisão digital precisam ser multidimensionais: tecnológicas, econômicas, educacionais, sociais e persuasivas (conscientização). É isso que vemos nas diferentes perspectivas políticas ao lidar com a divisão digital:

- O foco da perspectiva tecnológica é o acesso físico para garantir a disponibilidade.
- A perspectiva econômica se concentra em apoiar o setor de TICs – mercados, concorrência e inovação, para aumentar a disponibilidade e a acessibilidade das TICs.
- A perspectiva educacional se concentra nas habilidades digitais das pessoas para usar soluções digitais.
- A perspectiva social preocupa-se com a inclusão e a participação de todos. Então o foco é a acessibilidade e relevância das aplicações digitais.
- A perspectiva de conscientização está mais relacionada aos países desenvolvidos e lida com pessoas que não usam soluções digitais porque não querem ou têm algumas preocupações digitais, com segurança de dados, por exemplo.
- A perspectiva mais recente apoia a digitalização dos setores produtivos e a transformação estrutural. O foco está na produção em vez de *e-commerce* ou finanças digitais.

A divisão digital é um problema complexo e todas essas perspectivas são válidas e necessárias.

Além disso, as políticas de enfrentamento à divisão digital também devem fazer parte das políticas sociais destinadas a enfrentar as disparidades socioeconômicas.

DUAS ONDAS DE MUDANÇA TECNOLÓGICA

As desigualdades também são afetadas por revoluções tecnológicas, como foi com a revolução industrial, a era do vapor e dos trilhos, a era da produção em massa e a revolução digital. Cada uma dessas pode ser vista como compostas por duas etapas: instalação e implantação⁵. Na fase de instalação, a renda dos trabalhadores e empresários nos setores centrais do novo paradigma pode aumentar muito mais rápido do que para o resto da força de trabalho, aumentando as desigualdades de renda. A segunda etapa é a implantação, que tende a ser desigual; nem todos têm acesso imediato aos benefícios do progresso, e as divisões resultantes podem levar ao descontentamento público.


É fundamental perceber que, atualmente, não há apenas uma, mas duas ondas de mudança tecnológica.

Uma delas é a revolução digital das tecnologias Web 2.0, e essa onda está no seu auge na fase de implantação. Já afetou a maioria dos setores dos países desenvolvidos e fez bons avanços nos países em desenvolvimento de maior renda. Estamos agora vendo um grande impulso para a digitalização e o comércio eletrônico nos países em desenvolvimento de baixa renda. Para se ter uma perspectiva, a UNCTAD estima que as vendas globais de comércio eletrônico atingiram US\$ 26,7 trilhões em 2019⁶. Estima-se que 1,5 bilhão de pessoas, ou mais de um quarto da população mundial com mais de 15 anos, compraram *online* em 2019⁷.

A outra onda tecnológica é baseada em tecnologias como inteligência artificial, robótica, Internet das Coisas (IoT), *blockchain* e outras associadas à indústria 4.0. Essa onda está em seu estágio inicial de instalação no paradigma da revolução tecnológica. Como apontado no Relatório de Tecnologia e Inovação 2021 da UNCTAD⁸, essas tecnologias representam um mercado de US\$ 350 bilhões, e alguns sugerem que ela pode crescer para mais de US\$ 3,2 trilhões até 2025.

No entanto, essas revoluções tecnológicas ainda não são a realidade para a maioria das pessoas em países em desenvolvimento de baixa renda.

Essas grandes ondas de mudança tecnológica realmente se comportam como ondas que começam em um ou dois dos países mais tecnologicamente avançados e depois se espalham pelo mundo – primeiro para outras economias avançadas, depois para setores mais complexos de economias emergentes, e ao longo do tempo elas se movem em direção às economias mais periféricas.



Chegam aos países em desenvolvimento com atrasos e de forma desigual, às vezes apenas por meio de mudanças na infraestrutura (por exemplo, internet e telefones celulares) e padrões de consumo (por exemplo, comércio eletrônico), mas não através de mudanças nos setores produtivos, aumentando as lacunas tecnológicas e de renda entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por exemplo, as grandes divisões de renda entre os países começaram após a primeira revolução industrial. A cada revolução tecnológica, a desigualdade entre os países aumentou. O risco é que se os países em desenvolvimento perderem essa nova onda, eles vão ficar mais para trás.

O PAPEL DO ATIVISMO DIGITAL

Nesse contexto, qual é o papel do ativismo digital?

Vamos começar com o papel do ativismo social em geral. Podemos destacar cinco áreas em que o ativismo é crítico:

Primeiro, para continuar a conscientizar as pessoas sobre todas as formas de divisões socioeconômicas e digitais, atrair a opinião pública e promover ações coletivas de mudança. Existem diversos exemplos dessa forma de ativismo, como o movimento “*black lives matter*”⁹, que utiliza plataformas *web* e mídia social para disseminar informações sobre racismo, para organizar petições pedindo mudanças nas regras e regulamentos que consideram tendenciosas, e organizar manifestações para conscientizar e pressionar o governo por mudanças.

Em segundo lugar, a disseminação de tecnologias digitais e de fronteira e as mudanças que elas resultam na economia exigirão transformações na sociedade e nas instituições, que tendem a ser atrasadas em relação à mudança econômica devido à inércia social e institucional. Leis, regulamentos e comportamentos adequados para lidar com os desafios das tecnologias anteriores são geralmente inadequados para enfrentar novos desafios, mas leva tempo para que sofram alterações. Em revoluções tecnológicas passadas, levou uma ou duas gerações para ter essas mudanças concluídas.

O ativismo social é necessário para que as pessoas percebam que existe o descompasso entre sistemas tecnoeconômicos e sistemas societário-institucionais, para quebrar a inércia e promover as mudanças sociais necessárias.

Um exemplo é a *Association for Progressive Communications*, que usa o ativismo social para mostrar a importância do acesso à internet no mundo de hoje e promove ações concretas para ajudar grupos locais a usar a tecnologia para desenvolver suas comunidades e promover seus direitos¹⁰.

Em terceiro lugar, o ativismo social é necessário para manter governos e empresas, incluindo o setor financeiro, responsáveis pelos papéis que desempenham no desenvolvimento e disseminação das tecnologias digitais. É necessário manter todos comprometidos com os objetivos de desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento humano a longo prazo e a proteção do planeta.

Por exemplo, o *Grupo ETC*, das Filipinas, trabalha para abordar as questões socioeconômicas e ecológicas em torno de novas tecnologias que poderiam ter um impacto sobre as pessoas mais pobres e vulneráveis do mundo¹¹.

Em quarto lugar, alguns dos temas mobilizadores de movimentos organizados da sociedade civil já são bem conhecidos, como a igualdade de gênero, os riscos das mudanças climáticas e a necessidade de ação para evitá-los, ou a luta contra o racismo. Mas a mudança tecnológica apresenta essas questões em novas formas e também traz à tona novas questões, que para muitas pessoas ainda não estão “no radar”, como privacidade de dados e questões éticas relacionadas ao uso das mídias sociais. Assim, o ativismo social nessas áreas serve ao propósito essencial de conscientização.

No caso da privacidade de dados, por exemplo, existem várias organizações com diferentes afiliações políticas que promovem questões de segurança e privacidade de dados, como o Center for Democracy and Technology (CDT)¹² e a Electronic Frontier Foundation (EFF).¹³

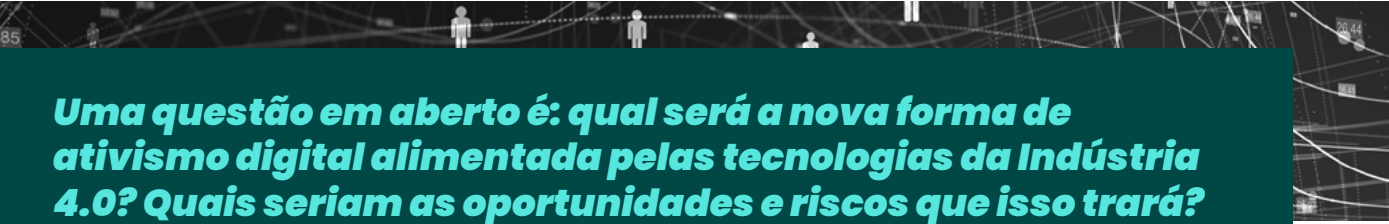
E, quinto, pode levar tempo, mas os esforços combinados dos grupos da sociedade civil podem eventualmente criar uma massa crítica que poderia desencadear mudanças no comportamento dos usuários e consumidores e mudanças em regulamentações, leis e práticas no lado da oferta que poderiam alinhar o desenvolvimento tecnológico com os objetivos sociais.

O ativismo digital, como parte do ativismo social, pode e deve contribuir para cada uma dessas áreas. O que é particular ao ativismo digital é que ele é fruto da revolução tecnológica das TIC. Portanto, pode aproveitar tecnologias digitais para aumentar o impacto do ativismo social no enfrentamento das disparidades em todas as suas formas.

Também é importante notar que os ativistas digitais são, por definição, usuários de tecnologias digitais. Seu público-alvo imediato é composto por pessoas com algum nível de acesso a essas tecnologias.

Nesse sentido, para contribuir para o enfrentamento das divisões socioeconômicas e digitais, os ativistas digitais devem:

- ***estar atentos e tentar minimizar o risco de contribuírem para as desigualdades pela própria natureza dessa atividade, que requer acesso a tecnologias digitais;***
- ***falar por aqueles que são mais vulneráveis, desconectados da economia da sociedade cada vez mais digital. Isso só poderá ser possível se ativistas digitais que lidam com esses temas de desigualdade se envolverem, em certa medida, nesses grupos e comunidades vulneráveis e se tornarem porta-vozes e defensores válidos de suas causas.***



Uma questão em aberto é: qual será a nova forma de ativismo digital alimentada pelas tecnologias da Indústria 4.0? Quais seriam as oportunidades e riscos que isso trará?

Em resumo, o ativismo digital pode contribuir muito para o enfrentamento das divisões socioeconômicas e digitais. Ativistas digitais podem usar tecnologias para conscientizar as pessoas sobre várias disparidades, tanto as antigas quanto as novas, quebrar a inércia da mudança social e pressionar pelas mudanças de comportamento e instituições necessárias. No entanto, também é fundamental que o ativismo digital seja autoconsciente de como pode afetar as desigualdades de forma positiva e negativa e minimizar os riscos potenciais de contribuir para o problema.



Clovis Freire

Clovis Freire é economista e trabalha na Divisão de Tecnologia e Logística da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). É Engenheiro de Computação pelo ITA com doutorado em Economia pela UNU-MERIT/Universidade de Maastricht, especializado em Economia da Inovação e das Mudanças Tecnológicas. Ele coordenou e foi o principal autor do Relatório de Tecnologia e Inovação 2021 da UNCTAD, com foco em como os países em desenvolvimento podem navegar a nova onda de mudanças tecnológicas para impulsionar a transformação estrutural e o desenvolvimento sustentável, minimizando os riscos do aumento das desigualdades. Antes de ingressar na UNCTAD, em seus 18 anos na Organização das Nações Unidas, Clovis trabalhou no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais em Nova York e na Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico, em Bangkok, em diversas questões relacionadas à tecnologia e desenvolvimento socioeconômico.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1** <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2019.pdf>
- 2** <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/goal-01/>
- 3** Coffey C et al. (2020). Time to care: unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis. Oxfam. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620928/bp-time-to-care-inequality-200120-en.pdf>
- 4** <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2019.pdf>
- 5** Ver Perez C (2002). Technological Revolutions and Financial Capital: The Dynamics of Bubbles and Golden Ages. Edward Elgar Pub. Cheltenham.
- 6** UNCTAD (2020). Estimates of global e-commerce 2019 and preliminary assessment of COVID-19 impact on online retail 2020. UNCTAD Technical Notes on ICT for Development, Number 18. Geneva. https://unctad.org/system/files/official-document/tn_unctad_ict4dl8_en.pdf
- 7** Ibid.
- 8** UNCTAD (2021). Catching Technological Waves: Innovation with Equity. (United Nations publication Sales No. E.21.II.D.8. New York and Geneva). https://unctad.org/system/files/official-document/tir2020_en.pdf
- 9** <https://blacklivesmatter.com/>
- 10** <https://apc.org/>
- 11** <https://www.etcgroup.org/>
- 12** <https://cdt.org/>
- 13** <https://www.eff.org/>